



INICIATIVAS DE ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR: INFORMAÇÕES, EM LIBRAS, SOBRE O CURSO DE PEDAGOGIA DA UFAL / CAMPUS DE ARAPIRACA

NÁGIB JOSÉ MENDES DOS SANTOS
LUANA LUZIA DA SILVA

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

RESUMO

O presente texto trata-se de um relato de experiência que fora vivenciada na realização da iniciativa intitulada: "Informação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), sobre o curso de pedagogia da Universidade Federal de Alagoas - Campus de Arapiraca." Esta ação ainda está em processo de desenvolvimento, e é parte integrante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Pesquisa-AÇÃO (PIBIP -AÇÃO) que tem por nome: "Ações de acessibilidade voltadas à Inclusão Social/Educacional de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior". Assim, além da apresentação do referencial teórico que respalda o projeto, o presente trabalho discorre sobre a pessoa surda, o processo de tradução em Libras, e descreve as etapas que foram realizadas até o momento.

Palavras Chave: Curso de Pedagogia. Libras. Acessibilidade

ABSTRACT

This text is an experience report that had been experienced in carrying out the initiative entitled: "Information in Pounds course of pedagogy at the Federal University of Alagoas - Campus Arapiraca." This case is still under development, and PIBIP - ACTION whose name: "Accessibility Actions aimed at social inclusion / Educational Persons with Disabilities Education". In the present report, besides the presentation of the theoretical framework - which supports the project, the deaf person and the process of translation Pounds - steps are described that were conducted to date.

Keywords: Pedagogy Course. Pounds. Accessibility

1. INTRODUÇÃO

Desde tempos remotos, as pessoas com deficiência têm encontrado barreiras em seu processo de participação na sociedade. Como consequência, ao longo da história, estes sujeitos lutaram em prol da garantia da igualdade de oportunidades na sociedade que sempre teve como parâmetro a normalidade.

Na década de noventa, ações como a elaboração de documentos como a Declaração de Jomtien (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) fortaleceram mais ainda o movimento que tinha como objetivo incluir as pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais: trata-se do movimento inclusivo.

Este movimento, no âmbito educacional, consiste em atender as demandas dos sujeitos, independente das particularidades que apresentam: intelectuais, físicas, sensoriais, cognitivas, entre outras (BRASIL, 1994). Para isto, ações voltadas à eliminação/minimização de barreiras devem ser tomadas, para que seja garantida, ao sujeito com deficiência, a sua au-

empoderamento.

Tais barreiras são compreendidas pela legislação brasileira segundo o Inciso I do artigo 2º da Lei 10.098, como (...) entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das (Brasil, 2000). Vale ressaltar que as barreiras mencionadas podem ser de origens arquitetônicas (urbanística, de edificações e transportes) e comunicacionais. Sendo esta, a que se faz mais presente na vida das pessoas surdas.

Em nível de definição, conforme a Lei 10.098, as barreiras comunicacionais são aquelas que ocasionam “[...] qualquer e qualquer obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa” (Letra “d”, Item II do art.2º, cap. I da Lei nº 10.098, de 19.12.2000), limitando, por consequência, o acesso à educação, a cultura ao esporte e ao lazer.

Além disso, a barreira comunicacional impossibilita a autonomia de pessoas com deficiência sensorial em diversos aspectos que a comunicação é considerada, além de um direito básico que deve ser garantido a todas as pessoas, uma condição para a vida em sociedade.

No caso específico da pessoa surda, a não garantia do direito à comunicação e informação em Libras poderá excluir a participação efetiva na sociedade. A fim de evitar isto, documentos e dispositivos legais foram criados com o objetivo de garantir a acessibilidade deste sujeito, como por exemplo: a Lei 10.098[1] de 19 de dezembro de 2000; Lei 10.436[2] de 24 de abril de 2006; Decreto 5.626[3] de 22 de dezembro de 2005; e a Lei 12.319[4] de 1º de dezembro de 2010.

A garantia da acessibilidade, por sua vez, consiste em proporcionar a:

(...) possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência de mobilidade reduzida (BRASIL, 2000, p. 01).

Na busca de contribuir para a garantia da acessibilidade da pessoa surda ao curso de Pedagogia, o projeto “*acessibilidade voltadas à Inclusão Social/Educacional de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior*”, tomou como objetivo disponibilizar, em Libras, informações sobre o curso de pedagogia da UFAL/Campus de Arapiraca. O motivo de se realizar neste curso se deve ao fato de a maioria dos participantes fazerem parte do curso em questão.

O projeto Ações de Acessibilidade foi idealizado e iniciado no ano de 2014, por meio de um projeto vinculado ao institucional de iniciação à pesquisa (PIBIP-Ação), que tem como objetivo promover ações de acessibilidade em alguns cursos da Universidade Federal de Alagoas – Campus de Arapiraca.

Fazem parte do projeto, dois docentes e quatro discentes bolsistas. Este grupo, além de promover encontros de representantes da comunidade acadêmica e comunidade local, elabora ações como: levantamento das barreiras arquitetônicas que impedem a acessibilidade de pessoas com deficiência no Campus; confecção de placas com informações em Libras e imagens dos principais locais de fluxo de pessoas; e tornar acessível às pessoas surdas informações, em Libras, sobre o curso de pedagogia. É sobre esta última ação que o presente texto irá tratar.

Assim, para um melhor entendimento acerca da necessidade desta ação, o presente trabalho discorrerá sobre os seguintes aspectos: A Universidade Federal de Alagoas/Campus de Arapiraca e o curso de pedagogia; Informações, em Língua Brasileira de Sinais, sobre o Curso de Pedagogia e, por fim, as etapas da construção do projeto.

1. A Universidade Federal de Alagoas/Campus de Arapiraca e o Curso de Pedagogia

Conforme o histórico disponibilizado no site da instituição[5], o Campus da Universidade Federal de Alagoas, na cidade de Arapiraca – Al foi fundado em 2006 sob a aprovação do Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas, por Resolução nº 20/2005 de 01 de agosto de 2005. Sendo esta, a primeira iniciativa do processo de interiorização da universidade no Estado.

Segundo o Censo realizado pelo IBGE (2010), o município de Arapiraca, onde se encontra localizado o Campus da UFAL com uma população de 214.006 habitantes. Situado no Agreste Alagoano, dispõe de 366,5 Km² de extensão territorial a leste do capital do Estado, Maceió.

Os cursos ofertados pelo campus à comunidade, segundo o já referido site, são os seguintes: Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Educação Física, Enfermagem, Física, Letras, Pedagogia, Matemática, Química e Zootecnia. Os cursos, podem ser admitidos 890 discentes por ano, sendo 4.140 alunos distribuídos entre eles.

O curso de pedagogia na Universidade Federal de Alagoas Campus de Arapiraca, por sua vez, foi criado em 2009 e em 2011, sob a portaria Nº 466, de 22 de novembro de 2011. Seu funcionamento se dá no horário noturno, sendo sua carga horária total de 3.884 horas. Com duração mínima de 9 semestres e máxima de 13. O curso, em seu Projeto Pedagógico, apresenta o seguinte objetivo geral:

Formar profissionais para atuação no magistério da Educação Infantil, anos iniciais da Educação Fundamental e no Ensino

na modalidade Normal, que compreendam o processo de ensino/aprendizagem com sólida formação teórica e que preparados tanto para o ensino, quanto para a pesquisa e a extensão, na forma de atuação social marcante na sociedade PEDAGOGIA, 2014, p. 20).

O PPC da pedagogia do campus de Arapiraca, no tópico que trata sobre a inclusão e acessibilidade, diz que o curso deve conforme a Lei 10.098/2000 e o Decreto 5.296/2004, assegurar o acesso e a permanência de pessoas com deficiência, o PPC afirma que:

[...] sendo o direito à educação considerado constitucionalmente como um direito social, no curso de Pedagogia entender direito de acesso e permanência à Educação Superior e, sobretudo, à Educação Superior ofertada no ambiente público deve incorporar a permanente busca pela eliminação das barreiras visíveis e invisíveis (sociais/atitudinais) (PPC PEEC 2014, p. 32)

Contudo, mesmo sendo a garantia da acessibilidade um dos objetivos do curso, o PPC encontra-se escrito somente em português. Não consta, por exemplo, uma versão do documento em braile ou em áudio, que atenda a demanda da pessoa cega, nem em Libras, para tornar o documento acessível aos surdos, uma vez que estes apresentam grandes dificuldades de leitura, assim como na escrita de textos em língua portuguesa.

1. Informações, em Língua Brasileira de Sinais, sobre o Curso de Pedagogia

Em comum acordo com os movimentos inclusivos que lutam pela igualdade de oportunidade das pessoas que apresentam característica da deficiência, e concordando que na sociedade ainda persistem várias manifestações de barreiras produzidas pela inexistência ou escassez de acessibilidade no ensino superior, a ação "*Informações, em Língua Brasileira de Sinais, sobre o Curso de Pedagogia*" tem como principal meta tornar acessível às pessoas surdas as informações, sobre o curso, que serão disponibilizadas em Libras no site da instituição.

No Projeto Político do Curso de Pedagogia (PPC – Pedagogia) contém informações relevantes como o ordenamento da carga-horária total e semanal das disciplinas eletivas e obrigatórias; a duração do curso; a estrutura de tronco comum (intermediário e profissionalizante), próprios da universidade; e outras informações pertinentes ao ingresso do estudante no curso etc. No entanto, as informações contidas no PPC estão em Língua Portuguesa escrita, o que o caracteriza como documento grafocêntrico. Isto é, o PPC é um documento constituído fundamentalmente na língua majoritária escrita.

De acordo com Andrade e Santiago (2013), grafocentrismo é característica da sociedade moderna em conferir importância social, ético, jurídico e moral a tudo o que é escrito. Esta característica impossibilita a clara compreensão por parte da pessoa surda. Isto se deve ao fato da Libras ser de natureza gesto-visual, ou seja, a sua estrutura difere da língua portuguesa: sua vez, é oral-auditiva.

Em síntese, pode-se dizer que o sujeito surdo é alguém que tem uma forma diferente de interagir com o mundo, utilizando linguagem visual-espacial que é a língua de sinais, que aprende através de sua percepção visual sem o uso da comunicação fonológica; até porque suas experiências não são representadas pelo som. (PINTO, 2011, p. 29).

Esta forma diferente de interagir, da pessoa surda com o seu meio, se deve à característica gesto-visual da sua língua. Esta característica influencia também na dificuldade encontrada pelo sujeito surdo em ler e escrever. Isto, devido a uma série de fatores. A saber:

a) A criança surda, em sua fase de alfabetização, geralmente, não tem conhecimento sobre a língua de sinais. Isto constitui um entrave na aquisição da leitura e escrita porque, segundo o modelo bilíngue, a ausência de uma língua materna dificulta a aquisição de segunda língua que, no caso da pessoa surda, trata-se da Língua Portuguesa (LACERDA, 2013).

b) Mesmo não sendo a oralidade uma condição decisiva para a aquisição da leitura e da escrita, a criança ouvinte tem a base para o desenvolvimento da escrita, enquanto que a pessoa surda somente vê palavras no papel, sem conseguir associá-las ao sentido (PEREIRA, 2009).

As condições acima mencionadas levam as pessoas surdas, mesmo as que são consideradas com altos níveis de escolaridade, a sentirem dificuldades na compreensão da língua portuguesa escrita (FERNANDES, s/d).

Isto posto, a ação intitulada *Informações, em Libras, sobre o Curso de Pedagogia – Campus de Arapiraca* tem como objetivo, a partir de um estudo criterioso do PPC da Pedagogia, tornar as principais informações sobre o curso de pedagogia acessíveis às pessoas surdas.

1. As etapas da construção do projeto

A ação foi idealizada para ser executada em três momentos: 1. Leitura, escolha dos tópicos mais relevantes do PPC para

tradução; 2. Gravação em vídeo das traduções feitas pelos participantes; 3. Discussão sobre as traduções registradas; 4 da edição final do vídeo no site do curso de Pedagogia.

Quanto ao primeiro momento, os participantes fizeram a leitura em grupo do PPC da pedagogia e elencaram os considerados mais relevantes para fins de informação sobre o curso. Desta maneira, foram elencados como mais importantes os seguintes tópicos: 1. Curso de Pedagogia (introdução e justificativa); 2. Objetivo do Curso; 3. Perfil do egresso; 4. Habilidades Competências; 5. Conteúdo e matriz curricular; 6. Ementário; 9. Estágio Supervisionado; 10. Trabalho de Conclusão (TCC); 11. Atividade Acadêmica Científica Cultural – AACCC; 12. Ações de Apoio ao Discente

Ainda nesse primeiro momento, os tópicos escolhidos foram divididos entre os participantes para que fizessem a tradução em libras, de cada tópico. O primeiro momento foi realizado em dois encontros.

O segundo momento da ação foi realizada em dois encontros onde houve as gravações em vídeo das traduções – dos tópicos escolhidos – feitas pelos participantes da ação.

Sobre a tradução, segundo Kahman (s/d), esta pode ser: intersemiótica, isto é, quando se utiliza de signos como, por exemplo, livros que viraram filmes (a exemplo, a obra *Gabriela Cravo e Canela*, de Jorge Amado, que foi adaptada para forma de filme para o cinema); intralingual, que é feita dentro de uma mesma língua quando, por exemplo, há alterações na ortografia e na gramática quando há adaptações para crianças; e, a tradução denominada interlingual, método utilizado na segunda etapa do projeto.

Ainda segundo Kahmann (s/d), a tradução interlingual se caracteriza como a tradução que envolve duas línguas com regras próprias, como Português-Inglês, por exemplo. Neste tipo de tradução, a autora trás como exemplo claro, de significação e equivalência, a expressão “*Shut up*” que, se traduzida palavra a palavra de forma fiel, significa “fecha para cima”. Tal expressão não faz nenhum sentido em língua portuguesa. Contudo, em língua portuguesa, o autor aponta que há uma expressão equivalente: “cala a boca”.

Por isso, ao contrário do que alguns podem imaginar, a tradução de textos da língua portuguesa para a língua de sinais é um trabalho árduo, que não só exige a fluência e conhecimento das duas línguas, mas também perícia para que, no processo de tradução, não seja perdido o valor semântico do texto (REFERÊNCIA).

Por isso, uma das maiores preocupações dos tradutores e intérpretes de libras é não simplificar a mensagem a ser traduzida, que o intérprete tem o dever ético de traduzir, da forma mais plena possível, todo o conteúdo, seja ele contendo complexidade, emoção e sentimentos (QUADROS, 2005; NASCIMENTO, 2012).

Neste sentido, o projeto “Informações em libras sobre o Curso de Pedagogia do Campus de Arapiraca”, está sendo conduzido com muita cuidado quanto a fidelidade na tradução dos tópicos escolhidos pertinentes ao PCC.

Quanto a terceira e quarta fase do projeto, estas ainda se encontram em processo de construção. Uma vez terminado esse projeto, a versão em Libras será disponibilizada no site do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas do Campus de Arapiraca.

Assim, espera-se que, quando findo este projeto, esta ação possa tornar acessíveis as informações sobre o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas – Campus de Arapiraca aos surdos que aspiram essa formação e para os que, futuramente, forem cursar pedagogia.

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito anteriormente nesse texto, o projeto Informações em Libras sobre o Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas – Campus de Arapiraca ainda se encontra em fase de construção. Muito ainda precisa ser feito, pois se espera que esta ação motive outras iniciativas a fim de promover a acessibilidade na referida instituição. Deste modo, todas as pessoas devem ter pleno acesso à universidade.

Outro aspecto importante, que vale ressaltar, é quanto ao motivo de não ter sido objetivo da ação a tradução integral do PPC de pedagogia. Isto se deve ao fato de existirem prováveis entraves, como por exemplo: a dificuldade em ter o tempo e os recursos necessários, no site do curso, para a tradução integral de um documento tão extenso como o PPC.

Também, mesmo ainda não tendo sido finalizado, o projeto no qual este texto se refere, já apresenta aspectos positivos na aquisição de mais experiências, por parte dos seus participantes, acerca dos conhecimentos pertinentes à tradução e interpretação em Libras Brasileira de Sinais.

Por tanto, tomando como base os três pilares que, segundo Sassaki (2004), sustentam a proposta inclusiva, isto é, a autonomia, a independência e empoderamento, a idealização da ação intitulada “Informações em Libras sobre o curso de pedagogia do campus de Arapiraca” espera proporcionar às pessoas surdas o direito às informações sobre o curso de pedagogia, em Libras Brasileira de Sinais.

REFERÊNCIAS:

Brasil. Lei 10.098. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm > Consultado em: 18/04/2015.

_____, LEI Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: . Consultado em: 18/04/2015.

_____, Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 12 ago. 1971.

Disponível em: . Consultado em: 18/04/2015;

_____, Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm >. Consultado em: 04/07/2015.

_____, Declaração de Salamanca – sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. Disponível em: . Consultado em: 04/07/2015.

_____, Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: . Consultado em: 18/04/2015.

FERNANDES. S. **Avaliação em língua portuguesa para alunos surdos: algumas considerações**. Disponível em: Consultado em: 17/04/2015

KAHMANN. A. **Introdução aos estudos da tradução**. Disponível em: Consultado em: 17/04/2015.

LACERDA, C.B.F.; SANTOS, L.F. (orgs.) **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução a Libras e educação de surdos. São Carlos: EDUFSCar, 2013.

NASCIMENTO, M.V.B. **Tradutor intérprete de libras/português: formação política e política de formação**. In: ALBINO, V.A.A. (orgs.) **Libras em estudo: interpretação / tradução**. São Paulo: FENEIS, 2012.

QUADROS. R. M. **O tradutor intérprete de Língua de Sinais e Língua portuguesa** / secretaria de educação especial; Nacional de apoio à educação dos surdos – Brasília: MEC ; SEESP, 2005.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org.). **Leitura, escrita e surdez/ secretaria da educação/CENP/CAPE**; 2. ed. São Paulo: FDE, 2009.

PINTO, Veridiane. **Ensino de língua portuguesa para surdos: percepções de professores sobre adaptação curricular em escolas inclusivas**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação em Educação. 11 de maio de 2011.

Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Licenciatura. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-arapiraca/Pedagogia%20-%20UFAL%20Arapiraca>

Consultado em: 04/07/2015.

THOMA, Adriana da Silva. **A inclusão no ensino superior: ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos: exige certamente uma política especial.** Disponível em: . Consultado em: 10/08/2014.

SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres; ANDRADE Cristiane Esteves de. **Surdez e sociedade:** questões sobre conforto e participação social. (p. 145 – 153) In. ALBRES, Neiva de Aquino; NEVES, Sylvania Lia Grespan (Org.) **Libras em estudo** linguística. São Paulo, FENEIS, 2013.

SASSAKI, R. K. **Pessoas com deficiência e o desafio da inclusão.** Disponível em: Consultado em: 22/04/2015.

[1] Lei sobre a acessibilidade;

[1] Lei de Libras;

[1] Decreto que regulamenta a Lei 10.436/2002

[1] Lei que reconhece o profissional intérprete.

[1] <<http://www.ufal.edu.br/arapiraca/institucional/historico>>

Professor Assistente da Universidade Federal de Alagoas – Campus de Arapiraca (nagibem@gmail.com);

Graduanda do curso de Biologia - Universidade Federal de Alagoas – Campus de Arapiraca (luana.ufal.bio@gmail.com).

Recebido em: 04/07/2015

Aprovado em: 06/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: